

1 DATA: 11 de dezembro de 2008. LOCAL: SEPN 505, Bloco B, Ed. Marie Prendi  
2 Cruz, 5º andar, sala T13, Distrito Federal, Brasília. HORÁRIO: de 9 às 14:00 horas.  
3 PARTICIPANTES: Conselheiros - Ministério do Meio Ambiente (MMA), Marcio Edgar  
4 Schuler (Suplente), Daniela Guimarães Goulart (2º Suplente); Ministério da Ciência e  
5 Tecnologia (MCT), Cláudia Maria Rezende de Souza (Suplente); Ministério da  
6 Saúde (MS), Pedro Canisio Binsfeld (Titular); Ministério da Agricultura, Pecuária e  
7 Abastecimento (MAPA), Leontino Rezende Taveira (Titular) e Márcio Antônio  
8 Teixeira Mazzaro (Suplente); Ministério da Defesa (MD), Patrícia Siqueira de  
9 Medeiros (2º Suplente); Ministério das Relações Exteriores (MRE), Cláudia Borges  
10 Tavares (2º Suplente); Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior  
11 (MDIC), Márcio Heidi Suguieda (Titular); Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos  
12 Recursos Naturais Renováveis (Ibama), João Pessoa Riograndense Moreira Júnior  
13 (Suplente); Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ), Sérgio  
14 Ricardo Cardoso (Titular); Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA),  
15 Lúcia Helena Py-Daniel (Titular); Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
16 (Embrapa), Rosa Miriam de Vasconcelos (Suplente) e Maria José Amstalden Moraes  
17 Sampaio (2º Suplente); Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Silvio Valle Moreira  
18 (Titular); Instituto Evandro Chagas (IEC), Manoel do Carmo Pereira Soares (Titular);  
19 Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Vincenzo Maria Lauriola (Suplente) e Eliane  
20 da Silva Souza Pequeno (2º Suplente); Instituto Nacional de Propriedade Industrial  
21 (INPI), Giselle Guimarães Gomes (Titular). Convidados Permanentes - Conselho  
22 Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), Sr. Joaquim  
23 A. Machado (Titular); Federação Brasileira da Indústria Farmacêutica (Febrapharma),  
24 Sr. Levi de Almeida Nunes (Titular); Sociedade Brasileira para o Progresso da  
25 Ciência (SBPC), Rute Maria Gonçalves Andrade (Titular); Ministério Público Federal  
26 (MPF), Eliana Peres Torelly de Carvalho (Titular). Membros da Secretaria Executiva  
27 do CGEN (DPG/MMA) - Carla Lemos, Diogo Brito, Alessandro Gomes, Mônica  
28 Negrão, Fernanda Silva, Gabriel Cantanhede, Krishna Bonavides, Alessandra Silva,  
29 Sonja Righetti; Ouvintes - Sheila Dourado, UEA - Manaus; Luciana Sutti Martins,  
30 Natura; Viviane Amaral Gurgel, Amaral Gurgel, Fischer & Foster Advogados; Adriana  
31 Bernardocki, Croda do Brasil Ltda; Marcelo Lacerda, PATRI; Ricardo Carvalho,  
32 Ibama; Paulo Garcia, Ministério da Defesa; Andrea Derani, Andréa Derani  
33 Advogados. CONVOCAÇÃO: Ofício Circular nº 018/2008/DPG/SBF/MMA, de 27 de

34 novembro de 2008 (Conselheiros) e Ofício Circular nº 019/2008/DPG/SBF/MMA, de  
35 27 de novembro de 2008 (Convidados Permanentes). PAUTA: **I – Abertura da**  
36 **Reunião; II - Instalação dos Trabalhos;** (1) Leitura e Aprovação da Pauta da 64ª  
37 Reunião Ordinária; (2) Aprovação da Ata da 63ª Reunião Ordinária; **III – Ordem do**  
38 **Dia;** (3) Apresentação e Deliberação de Solicitação de Autorização Especial de  
39 Acesso e Remessa ao Patrimônio Genético para Bioprospecção; (3.1) Requerente:  
40 Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa - Processo nº  
41 02000.0029212008-06, Relator: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos  
42 Naturais Renováveis - Ibama; (4) Apresentação e Deliberação de Solicitação de  
43 Renovação de Autorização de Acesso ao Patrimônio Genético para Constituição de  
44 Coleção Ex- situ com Potencial de Uso Comercial; (4.1) Requerente: Extracta  
45 Moléculas Naturais Ltda - Processo nº 02000.001807/2002-65, Relator: Secretaria  
46 Executiva do CGEN; (5) Apresentação e Deliberação do Calendário de Reuniões do  
47 CGEN para 2009, Relator: Secretaria Executiva do CGEN; **IV - Assuntos de Ordem**  
48 **Geral;** (6) Informes gerais da Secretaria Executiva do CGEN; (7) Palavra aberta aos  
49 Conselheiros; (8) Encerramento. **Item (I) -** O Sr. Marcio Schuler (MMA) iniciou a  
50 reunião salientando que esta era a sua primeira reunião como Presidente do CGEN.  
51 Agradeceu a presença de todos e anunciou os novos Conselheiros do Ministério da  
52 Ciência e Tecnologia, Sra. Maria Luiza Braz Alves, titular, e Sra. Andréa Ferreira  
53 Portela Nunes, segundo suplente; da Embrapa, Sr. Mauro Carneiro, titular; da Funai,  
54 Sr. Vincenzo Maria Lauriola, suplente, e Sra. Eliane da Silva Souza Pequeno,  
55 segunda suplente. Logo após, fez o anúncio dos ouvintes presentes até o momento  
56 e instalou os trabalhos, passando para a discussão do primeiro ponto da pauta, item  
57 (1) Leitura e Aprovação da Pauta da 64ª Reunião Ordinária. A Sra. Maria José  
58 Sampaio (Embrapa) solicitou apresentar um rápido relato sobre a Reunião do Grupo  
59 de Especialistas Técnicos ocorrida na Namíbia, de 2 a 5 dezembro de 2008. O Sr.  
60 Marcio Schuler (MMA) indicou que o relato poderia ser feito no item 7 da pauta,  
61 “Palavra Aberta aos Conselheiros”. Sem novas solicitações, o Presidente colocou a  
62 pauta da 64ª Reunião Ordinária em votação. Votaram favoravelmente à aprovação  
63 da pauta os seguintes conselheiros: Maria José Sampaio (Embrapa), Leontino  
64 Rezende (MAPA), Eliane Pequeno (FUNAI), Patrícia Siqueira (MD), Pedro Binsfeld  
65 (MS), Marcio Schuler (MMA); João Pessoa (Ibama), Cláudia Tavares (MRE), Silvio  
66 Valle (Fiocruz), Sérgio Cardoso (JBRJ), Cláudia Rezende (MCT), Giselle Guimarães

67(INPI), Márcio Suguieda (MDIC). A pauta foi aprovada com 13 votos favoráveis. Não  
68houve abstenções ou votos contrários. Em seguida passou-se ao item (2) Aprovação  
69da Ata da 63ª Reunião Ordinária e o Presidente abriu a palavra aos conselheiros  
70para comentários e correções. A Sra. Cláudia Rezende (MCT) solicitou alterações  
71na linha 689 em diante, para que se esclarecesse a natureza do questionamento ali  
72referido. Após apresentadas as correções necessárias, o Presidente colocou a ata  
73em votação. Votaram favoravelmente à aprovação da ata da 63ª Reunião do CGEN  
74os seguintes Conselheiros: Maria José Sampaio (Embrapa), Leontino Rezende  
75(MAPA), Eliane Pequeno (FUNAI), Manoel Soares (IEC), Patrícia Siqueira (MD),  
76Pedro Binsfeld (MS), Marcio Schuler (MMA); João Pessoa (Ibama), Cláudia Tavares  
77(MRE), Silvio Valle (Fiocruz), Cláudia Rezende (MCT) e Giselle Guimarães (INPI).  
78Os Conselheiros Márcio Suguieda (MDIC) e Sérgio Cardoso (JBRJ) se abstiveram.  
79Não houve votos contrários. A Ata da 63ª Reunião foi aprovada com 12 votos  
80favoráveis. Na sequência, passou-se ao item (3) Apresentação e Deliberação de  
81Solicitação de Autorização Especial de Acesso e Remessa ao Patrimônio Genético  
82para Bioprospecção; (3.1) Requerente: Empresa Brasileira de Pesquisa  
83Agropecuária – Embrapa - Processo nº 02000.0029212008-06, Relator: Instituto  
84Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – Ibama. O relator do  
85processo, Sr. João Pessoa (Ibama), passou a relatoria para o Sr. Ricardo Carvalho,  
86que é o técnico responsável pela área no Ibama. O Sr. Ricardo Carvalho (Ibama)  
87destacou alguns aspectos com relação à origem do material botânico e dos bacilos a  
88serem utilizados no desenvolvimento dos projetos apresentados no *portfolio* da  
89Embrapa. Informou que, conforme declaração que consta do processo, a Embrapa  
90não possui registro quanto à origem e à identificação da entrada na coleção do  
91germoplasma das passifloras silvestres, bem como das extirpes de bacilos, tratando-  
92se de material biológico em condição *ex situ*, ou seja, coleção biológica. Destacou,  
93também, em virtude da condição *ex situ* do material a ser acessado, que a anuência  
94prévia e a repartição de benefícios referente à atividade de acesso ao patrimônio  
95genético, realizado em data posterior à entrada em vigor da Medida Provisória e a  
96partir de amostra coletada em data anterior a esta e mantida em coleção *ex situ*,  
97deverão ser realizadas junto à instituição que mantém a coleção em que a amostra  
98foi obtida, conforme a Resolução n. 32 do CGEN. Enfatizou que, considerando que a  
99Embrapa é a própria provedora do material biológico, entende-se que o processo

100prescindirá de qualquer Termo de Anuência Prévia ou Contrato de Utilização do  
101Patrimônio Genético e Repartição de Benefícios, o que, sem dúvida nenhuma,  
102simplificou bastante o processo. Mereceu consideração por parte da relatoria o fato  
103de que os insetos utilizados nos estudos serão, em parte, fornecidos pelo laboratório  
104de criação de insetos da Embrapa. Não obstante, o relator salientou que não foi  
105possível localizar a autorização de órgão ambiental para manutenção desses insetos  
106no laboratório. Concluiu que os projetos apresentados são de grande relevância  
107científica, considerando que promoverão valorização das passifloras silvestres e  
108distribuição de renda para os pequenos agricultores, surgimento de alimentos  
109seguros e benéficos à saúde. O Ibama sugeriu a aprovação da autorização nos  
110termos requeridos pela requerente com duas recomendações: primeiro, que a  
111Embrapa solicite uma autorização junto ao órgão ambiental para manutenção dos  
112insetos em laboratório e, segundo, que realize estudos posteriores quanto ao  
113impacto ambiental dos estudos propostos. A Srª. Rosa Vasconcelos (Embrapa) citou  
114que a recomendação do Ibama de que a Embrapa obtenha a autorização para  
115manutenção das coleções é pertinente, no entanto, entendeu que a ressalva de que  
116sejam feitos testes de impacto ambiental extrapola a competência do Ibama e do  
117CGEN, pois esse tipo de recomendação não cabe num pedido de autorização de  
118acesso. O Conselheiro João Pessoa (Ibama) esclareceu que a relatoria fez uma  
119mera recomendação e não uma ressalva. Esclareceu, ainda, que lhe parece que  
120este estudo já é feito de praxe pela Embrapa por ocasião da obtenção do registro do  
121produto. O Sr. Sílvio Valle (Fiocruz) solicitou esclarecimento quanto a uma outra  
122recomendação presente no parecer do consultor *ad hoc* participante do Comitê de  
123Avaliação de Processos. A Assessora Técnica Fernanda Silva (DPG/MMA)  
124esclareceu que a recomendação foi uma observação para um dos projetos que  
125envolve pesquisas com seres humanos. Não havendo novas manifestações, o Sr.  
126Marcio Schuler (MMA) colocou em votação a aprovação da Solicitação de  
127Autorização Especial de Acesso e Remessa de Amostra de Componente do  
128Patrimônio Genético para Fins de Bioprospecção. Votaram favoravelmente à  
129autorização os seguintes conselheiros: Leontino Rezende (MAPA), Eliane Pequeno  
130(FUNAI), Manoel Soares (IEC), Patrícia Siqueira (MD), Pedro Binsfeld (MS), Marcio  
131Schuler (MMA); João Pessoa (Ibama), Cláudia Tavares (MRE), Sílvio Valle (Fiocruz),  
132Sérgio Cardoso (JBRJ), Cláudia Rezende (MCT), Lúcia Py-Daniel (INPA), Giselle

133Guimarães (INPI), Márcio Suguieda (MDIC). A autorização foi aprovada com 14  
134votos favoráveis. Não houve abstenções ou votos contrários. A Conselheira Rosa  
135Vasconcelos (Embrapa) ficou impedida de votar. Passou-se então ao Item (4)  
136Apresentação e Deliberação de Solicitação de Renovação de Autorização de Acesso  
137ao Patrimônio Genético para Constituição de Coleção *Ex- situ* com Potencial de Uso  
138Comercial; (4.1) Requerente: Extracta Moléculas Naturais Ltda - Processo nº  
13902000.001807/2002-65. Relator: Secretaria Executiva do CGEN. A Assessora  
140Técnica Fernanda Silva (DPG/MMA) esclareceu que este era o segundo pedido de  
141renovação de Autorização Especial de Acesso para Constituição de Coleção *Ex Situ*  
142com Potencial de Uso Comercial solicitado pela empresa Extracta. Informou, ainda,  
143que foi apresentado um relatório de atividades informando a realização de novas  
144coletas em áreas para as quais a empresa já possui Termo de Anuência Prévia e  
145Contrato de Utilização do Patrimônio Genético e Repartição de Benefícios com os  
146provedores. Destacou que a Extracta propôs um modelo de Termo de Anuência  
147Prévia que foi avaliado pela Secretaria Executiva e atendeu às diretrizes  
148estabelecidas pela Resolução n. 12. Informou, ainda, que, como anexo deste Termo  
149de Anuência Prévia, a Extracta encaminhou um documento que irá apresentar aos  
150proprietários das áreas onde serão realizadas as coletas. Após o fim do relato, como  
151não houve comentários dos conselheiros, o Presidente do Conselho colocou a  
152solicitação em votação. Votaram favoravelmente à renovação de Autorização para  
153Constituição de Coleção *Ex Situ* com Potencial de Uso Comercial: Rosa  
154Vasconcelos (Embrapa), Leontino Rezende (MAPA), Eliane Pequeno (FUNAI),  
155Manoel Soares (IEC), Patrícia Siqueira (MD), Pedro Binsfeld (MS), Marcio Schuler  
156(MMA); João Pessoa (Ibama), Cláudia Tavares (MRE), Silvio Valle (Fiocruz), Sérgio  
157Cardoso (JBRJ), Cláudia Rezende (MCT), Lúcia Py-Daniel (INPA), Giselle  
158Guimarães (INPI), Márcio Suguieda (MDIC). A autorização foi aprovada com 15  
159votos favoráveis. Não houve abstenções ou votos contrários. Em seguida, passou-se  
160ao item (5) Apresentação e Deliberação do Calendário de Reuniões do CGEN para  
1612009. Relator: Secretaria Executiva do CGEN. O Presidente Substituto questionou  
162se algum conselheiro teria sugestões ou comentários sobre a proposta de calendário  
163para o ano de 2009 enviada a todos. Sem manifestação, colocou a proposta de  
164calendário apresentada em votação. Votaram favoravelmente ao novo calendário os  
165seguintes conselheiros: Maria José Sampaio (Embrapa), Leontino Rezende (MAPA),

166Eliane Pequeno (FUNAI), Manoel Soares (IEC), Patrícia Siqueira (MD), Pedro  
167Binsfeld (MS), Marcio Schuler (MMA), Cláudia Tavares (MRE), Silvio Valle (Fiocruz),  
168Sérgio Cardoso (JBRJ), Lúcia Py-Daniel (INPA), Giselle Guimarães (INPI), Márcio  
169Suguieda (MDIC). A proposta de calendário foi aprovada com 13 votos favoráveis.  
170Não houve abstenções ou votos contrários. Passou-se ao Item **IV - Assuntos de**  
171**Ordem Geral**; (6) Informes gerais da Secretaria Executiva do CGEN. A Sra. Carla  
172Lemos (DPG/MMA) destacou que as informações sobre as atividades realizadas  
173pela Secretaria Executiva do CGEN estavam disponibilizadas no relatório anual  
174entregue a todos os conselheiros e convidados no início da reunião. Dentre as  
175informações apresentadas, destacou o número reduzido de solicitações de  
176autorização de acesso ao patrimônio genético para fins de bioprospecção e concluiu  
177já ser este um reflexo da aplicação da Orientação Técnica nº 06. Informou que,  
178desde a sua edição, cinco processos foram encaminhados ao Ibama e outros trinta  
179que tramitam na Secretaria Executiva seguirão o mesmo caminho. A Sra. Carla  
180Lemos (DPG/MMA) aproveitou a oportunidade para informar ao Conselho sobre um  
181caso de envio de relatório anual deliberado na 62ª Reunião Ordinária do CGEN. Na  
182ocasião, lembrou, o Conselho decidiu que a Secretaria Executiva deveria enviar  
183um ofício à Universidade Federal do Amazonas, cobrando as coordenadas  
184geográficas do local de coleta e, em resposta, o interessado enviou coordenadas  
185geográficas que não coincidem com o local previamente indicado. Informou, ainda,  
186que a Secretaria Executiva entrou em contato com o coordenador do projeto para  
187que a situação se resolva. O Sr. Sílvio Valle (Fiocruz) ponderou que, se a redução  
188no número de solicitações de autorização para deliberação do Conselho for uma  
189tendência, as reuniões mensais deveriam ser revistas. A Sra. Carla Lemos  
190(DPG/MMA) esclareceu que o calendário das reuniões pode ser revisto pelo  
191Conselho, entretanto, as reuniões mensais foram mantidas visto que estamos  
192aguardando a definição de uma regra para os processos de regularização, o que  
193significará a deliberação, pelo CGEN, de pelo menos mais 80 processos. A Sra.  
194Daniela Goulart (MMA) informou que a lista de presença dos conselheiros do ano de  
1952008 não havia sido anexada ao relatório anual e que seria distribuída naquele  
196momento. A Sra. Maria José Sampaio (Embrapa) solicitou informações sobre as  
197autorizações concedidas pelo Ibama e o Sr. Marcio Schuler (MMA) informou a  
198localização da informação no relatório anual da Secretaria Executiva e, em seguida,

199passou para o item (7) Palavra aberta aos Conselheiros. O Sr. Joaquim Machado  
200(CEBDS) pediu a palavra para informar sobre a realização, em Brasília, do 2º  
201Simpósio Brasileiro de Recursos Genéticos, no qual foi constituída a Sociedade  
202Brasileira de Recursos Genéticos. Solicitou que esta informação ficasse registrada  
203em ata e recomendou que os conselheiros do CGEN participassem desse tipo de  
204evento. Nesse momento, foi esclarecido que a Assessora Técnica do DPG,  
205Fernanda Silva, também participou do evento como palestrante em uma mesa-  
206redonda sobre Proteção de Recursos Genéticos Microbianos, contribuindo para a  
207divulgação da legislação de acesso. O Sr. Márcio Mazzaro (MAPA) sugeriu a  
208possibilidade de trazer essa associação como convidada permanente do Conselho,  
209ante a importante participação desse segmento para as deliberações do próprio  
210Conselho. Em seguida, o Sr. Leontino Rezende (MAPA) pediu a palavra para  
211resgatar a discussão sobre a Orientação Técnica relativa a “espécies  
212exóticas” (retirada de pauta na última reunião do CGEN) e sugeriu que o Conselho  
213se posicione, orientando os interessados sobre o procedimento que devem adotar  
214no caso de acesso ao patrimônio genético de espécies exóticas que desenvolveram  
215propriedades características em território nacional, e sobre a necessidade, ou não,  
216de solicitar autorizações de acesso ao Conselho de Gestão do Patrimônio Genético  
217nesses casos. O Conselheiro esclareceu que a proposta é de que o CGEN edite um  
218ato formal sobre espécies exóticas, indicando os procedimentos cabíveis para a  
219realização de atividades de acesso a essas espécies, e oferecendo segurança aos  
220operadores da norma. A Sra. Eliane Pequeno (FUNAI) informou que a Diretoria de  
221Assuntos Fundiários da FUNAI tem um banco de dados de terras indígenas que está  
222sendo revigorado, e perguntou à Secretaria Executiva do CGEN se esse banco de  
223dados tem sido acessado satisfatoriamente. Manifestou o interesse da entidade em  
224aprimorar esse sistema e dispôs-se a auxiliar os técnicos da Secretaria  
225Executiva/CGEN e relatores de processos, a fim de evitar equívocos como os  
226verificados no passado. A Sra. Carla Lemos (DPG/MMA) esclareceu que a  
227Secretaria Executiva não encontrou problemas na última consulta ao banco de  
228dados da FUNAI e que procurará estabelecer a ligação entre este e o banco de  
229processos do DPG, a fim de facilitar o trabalho dos técnicos e dos pesquisadores. O  
230Sr. Sílvio Valle (Fiocruz) pediu a palavra para manifestar concordância com a  
231colocação do Conselheiro Leontino do MAPA, sobre a questão da Orientação

232Técnica sobre espécies exóticas. Caso seja acatada a solicitação do Conselheiro,  
233recomendou que fossem solicitadas ao MMA informações sobre um evento realizado  
234por esse Ministério em 2008, sobre exóticas invasoras na área da saúde, da  
235agricultura e marítima. Acrescentou que o País carece de uma classificação de risco  
236relacionada a exóticas e invasoras. O Sr. João Pessoa (Ibama) lembrou a existência  
237de uma Câmara Técnica permanente criada na CONABIO, que está discutindo a  
238questão das espécies exóticas invasoras, sendo esse o foro adequado para se  
239discutir a matéria. A Sra. Rosa Vasconcelos (Embrapa) lembrou o encaminhamento  
240anterior do CGEN sobre o assunto, quando a minuta de Orientação Técnica foi  
241apresentada ao Plenário, após discussão na respectiva Câmara Temática. Naquela  
242reunião, lembrou a Conselheira, a Embrapa levantou uma questão de ordem  
243jurídica, alegando que estaria havendo uma ampliação do escopo da Medida  
244Provisória. Naquele dia, continuou, o CGEN teria decidido que cada Consultoria  
245Jurídica dos Ministérios e dos órgãos envolvidos faria um parecer jurídico e, se  
246houvesse divergência de entendimento, o assunto seria encaminhado à Advocacia  
247Geral da União para que fosse fechada a questão sob o ponto de vista jurídico. Uma  
248vez ultrapassado o aspecto jurídico, aí sim entrariam questões técnicas pertinentes à  
249aquisição ou não de alguma propriedade no território nacional. Na reunião anterior,  
250continuou a Conselheira, quando o Conselheiro Leontino retirou o assunto da pauta,  
251houve o entendimento de que a controvérsia teria deixado de ser relevante. Todavia,  
252a Conselheira da Embrapa afirmou que a controvérsia continua relevante, porque as  
253instituições usuárias precisam de esclarecimento sobre o escopo da legislação.  
254Mencionou, ainda, que na mesma reunião ficou decidido que seria analisado caso a  
255caso se as espécies adquiriram ou não propriedade característica no território  
256nacional. Ou seja, colocou-se a questão técnica sobre a jurídica, porque se  
257prevalecer o entendimento da Embrapa, de que a Medida Provisória não se aplica  
258às espécies exóticas, não existirão dúvidas ou consultas técnicas sobre o assunto.  
259No caso específico da Embrapa, a Conselheira afirmou entender que esta estaria  
260sempre vulnerável à fiscalização, por eventual divergência de entendimento com o  
261órgão fiscalizador. Nesse sentido, afirmou que a devolução da matéria à Câmara  
262Temática não vai resolver o problema, porque os debates continuarão e as  
263divergências permanecerão as mesmas. Sugeriu, assim, que se encaminhasse o  
264assunto para quem tem poder maior de decisão para dar um parecer jurídico final,



265uma vez que os pareceres dos órgãos envolvidos já estão prontos. Propôs, enfim,  
266que o assunto fosse submetido à votação. O Sr. Sílvio Valle (Fiocruz) apoiou a  
267proposta da Conselheira da Embrapa. O Sr. Leontino Rezende (MAPA) esclareceu  
268que sua proposta é de que o Conselho delibere e estabeleça uma orientação para  
269que os operadores não tenham dúvida se devem dirigir-se ou não ao CGEN para  
270solicitar autorização para condução das suas atividades. A Sra. Daniela Goulart  
271(MMA) lembrou que, na última reunião do CGEN, a deliberação do Conselho foi de  
272que se decidiria caso a caso que espécies seriam consideradas exóticas e que  
273espécies seriam consideradas domesticadas para os efeitos da legislação nacional,  
274conforme consta da ata. Nesse sentido, solicitou esclarecimentos sobre as  
275propostas de encaminhamento dos Conselheiros Leontino (MAPA) e Rosa  
276(Embrapa). A Sra. Rosa Vasconcelos (Embrapa) esclareceu que sua proposta é de  
277que os pareceres jurídicos divergentes sejam encaminhados à AGU, para parecer  
278final e cumprimento por parte do CGEN e das instituições de pesquisa. O Sr.  
279Leontino Rezende (MAPA) apoiou a proposta da Embrapa de encaminhar a consulta  
280à AGU. O Sr. Márcio Mazzaro (MAPA) reforçou que o CGEN não poderá avançar ou  
281retornar o assunto para a Câmara Temática, reabrindo a discussão técnica, sem  
282antes ultrapassar o obstáculo jurídico. Nesse sentido, não haveria nenhum  
283impedimento regimental de se deliberar agora pelo encaminhamento dos pareceres  
284à AGU para resolução da controvérsia jurídica. Em seguida, a Sra. Lúcia Py-Daniel  
285(INPA), o Sr. Sérgio Cardoso (JBRJ), a Sra. Cláudia Tavares (MRE) e o Sr. Sílvio  
286Valle (Fiocruz) concordaram com a proposta da Embrapa. A Sra. Daniela Goulart  
287(MMA) lembrou que, além da questão do encaminhamento dos pareceres à AGU, o  
288Conselho deverá decidir qual será a norma de transição, até que a AGU se  
289manifeste sobre o assunto. Recordou que, apesar de não ter havido votação, na  
290última reunião, houve concordância de todos de que o Conselho deveria decidir caso  
291a caso. Sugeriu, então, que essa decisão seja mantida como regra de transição até  
292que a AGU se manifeste. O Sr. Marcio Schuler (MMA) sugeriu o encaminhamento à  
293votação e solicitou ao Conselheiro Leontino que repetisse o encaminhamento  
294sugerido. O Sr. Leontino Rezende (MAPA) reafirmou que a proposta é de que sejam  
295encaminhados à AGU os pareceres jurídicos disponíveis. O Sr. Marcio Schuler  
296(MMA) abriu a votação. Votaram favoravelmente ao encaminhamento proposto os  
297seguintes conselheiros: Rosa Vasconcelos (Embrapa), Leontino Rezende (MAPA),

298Eliane Pequeno (FUNAI), Manoel Soares (IEC), Patrícia Siqueira (MD), Pedro  
299Binsfeld (MS), Marcio Schuler (MMA), Cláudia Tavares (MRE), Silvio Valle (Fiocruz),  
300Sérgio Cardoso (JBRJ), Lúcia Py-Daniel (INPA), Giselle Guimarães (INPI), Márcio  
301Suguieda (MDIC). O Conselheiro João Pessoa (Ibama) se absteve e não houve voto  
302contrário. O encaminhamento foi aprovado com 13 votos favoráveis. O Sr. Sílvio  
303Valle (Fiocruz) ratificou o fato de não ser necessário se votar a regra de transição,  
304pois esta já havia sido aprovada na reunião anterior, ou seja, a avaliação caso a  
305caso, até que a AGU decida definitivamente. Não houve outras reações a este  
306respeito. O Sr. Márcio Mazzaro (MAPA) solicitou a palavra e mencionou que, numa  
307reunião no dia anterior, na Casa Civil, obteve a informação de que o Ministério de  
308Meio Ambiente teria encaminhado uma nova proposta de decreto objetivando a  
309regularização do passivo em relação ao patrimônio genético, ou seja,  
310regulamentação dos artigos 26 e 34 da Medida Provisória n. 2.186-16/01, e solicitou  
311informações adicionais sobre esse encaminhamento. Lembrou que havia uma  
312proposta anterior de tentativa de regularização do assunto através de edição de um  
313decreto, que foi sustado em função da posição jurídica divergente do MCT, sobre a  
314qual a AGU já se manifestou, mas a discussão ainda não foi retomada. Em seguida,  
315reafirmou que, no dia anterior, obtivera a informação de que o MMA teria se  
316adiantado e encaminhado à Casa Civil uma proposta de decreto. O Sr. Marcio  
317Schuler (MMA) solicitou a Sra. Daniela Goulart (MMA) que esclarecesse a pergunta  
318do Conselheiro Márcio Mazzaro (MAPA). A Sra. Daniela Goulart (MMA) informou  
319que a Secretaria Executiva/CGEN não tem novas informações a fornecer com  
320relação ao que foi informado na última reunião a respeito do decreto de  
321regularização, ou seja, que a Casa Civil pediu ao MMA que encaminhasse uma  
322minuta a fim de reiniciar a discussão sobre o decreto de regularização. Nesse  
323sentido, informou que o DPG recuperou a última versão discutida na Casa Civil, que  
324estava muito próxima de um consenso quando a questão foi mandada para a AGU.  
325Esta minuta, continuou, foi enviada à Secretaria Executiva do MMA para  
326encaminhamento à Casa Civil, passando, como de praxe, pela CONJUR/MMA, onde  
327a minuta se encontrava no momento da reunião. Solicitou ao Conselheiro Márcio  
328Mazzaro (MAPA), então, que, se possível, fornecesse maiores informações sobre o  
329assunto. O Sr. Márcio Mazzaro (MAPA) destacou que a informação foi dada pela  
330própria Secretária Executiva do MMA em reunião no dia anterior na Casa Civil.

331 Informou que a própria Sub-Chefia para Assuntos Jurídicos foi surpreendida pela  
332 notícia e também os representantes do MAPA, que têm todo o interesse em  
333 participar e construir uma proposta conjunta. Sem novas contribuições sobre o  
334 assunto, o Presidente Substituto passou a palavra à Sra. Maria José Sampaio  
335 (Embrapa) para informar a respeito da sua participação na Reunião de Especialistas  
336 sobre Termos, Conceitos, Definições e Abordagens Setoriais, em preparação para a  
337 7ª reunião do Grupo de Trabalho sobre Acesso e Repartição de Benefícios, a se  
338 realizar na França, em abril próximo. A respeito da representatividade da reunião, a  
339 Sra. Maria José Sampaio (Embrapa) informou que foram selecionados seis  
340 participantes por região e que os participantes dos países em desenvolvimento da  
341 Ásia e da África não compareceram. Dos países em desenvolvimento, apontou a  
342 presença de um representante das Filipinas, um da Nigéria e dos cinco  
343 representantes do GRULAC (Grupo de Países Latino-Americanos e Caribe).  
344 Colocou a grande dificuldade de participação desses países dada à falta de fluência  
345 na língua inglesa, língua oficial da reunião. Relatou a participação da liderança  
346 indígena brasileira, Fernanda Kaingáng, e de um africano, também representante de  
347 comunidade local. Informou também sobre a presença de quinze observadores  
348 selecionados pelo secretariado da CDB. Nesse momento, enfatizou que o Brasil  
349 poderia ter submetido mais candidatos para participar da reunião como  
350 observadores. Dentre os observadores, relatou a presença da indústria farmacêutica  
351 global, a indústria de sementes, International City Federation e da área de  
352 agricultura (Tratado internacional da FAO/*Food and Agriculture Organization* e  
353 pesquisadores que trabalham na área). Destacou também a ausência de  
354 representantes do setor de cosméticos e nutracêuticos, além de especialistas em  
355 uso de plantas medicinais como complemento alimentar. Destacou que seguiu as  
356 instruções escritas pelo MRE. Informou, também, que a intenção dos dois *co-chairs*,  
357 representantes da Namíbia e Canadá, foi de não discutir o conceito de “derivados de  
358 recursos genéticos”, já que os países desenvolvidos não defendem a inclusão de  
359 derivados no escopo do regime, ao contrário da posição defendida pelo Brasil e  
360 GRULAC. Nesse sentido, relatou que o Brasil e GRULAC conseguiram que o  
361 conceito de derivados fosse discutido na reunião e constasse do relatório final.  
362 Explicou que os especialistas presentes não tinham poder de decisão, portanto, não  
363 houve negociação, mas simplesmente uma coletânea de explicações técnicas que

364poderão ajudar a reunião que vai acontecer na França. Informou, ainda, que os  
365outros dois grupos de especialistas discutirão especificamente “cumprimento” e  
366“conhecimento tradicional”, representados pelo MRE e MMA, respectivamente. Por  
367fim, informou que enviará posteriormente o relatório da reunião por escrito, pois o  
368relatório oficial do secretariado ainda não estava disponível. O Sr. Marcio Schuler  
369(MMA) agradeceu o relato da Sra. Maria José Sampaio (Embrapa) e, antes de  
370encerrar a reunião, agradeceu a objetividade e participação efetiva de todos os  
371conselheiros nessa última reunião do ano, desejou a todos um feliz Natal e, não  
372havendo mais comentários, encerrou a 64ª Reunião do CGEN.

373

374

375

376

**Marcio Schuler**

377

**Secretário Executivo do CGEN**